

IV SEMINÁRIO DE
CIÊNCIAS SOCIAIS

DIFERENTES OLHARES
SOBRE O CONTEMPORÂNEO

I SIMPÓSIO DE FILOSOFIA

PENSAMENTO E PODER

19 de Setembro | Terça-feira

19H30 | Abertura

Comemoração dos 30 anos do Departamento de Ciências Sociais.

20H30 | Mesa Redonda

A Filosofia e a Sociologia no Ensino Médio: conquistas e desafios. Ileizi Fiorelli Silva (UEL) e Emmanuel Appel (UFPR).

20 de Setembro | Quarta-feira

13H30 | Palestra

Natureza humana, dever moral e finalidade do Estado em Maquiavel.

José Luiz Ames (UNIOESTE).

Moderador: José Lourenço Pereira da Silva (UEM).

19H30 | Palestra

Sociedade da informação versus sociedade do conhecimento: perspectivas e desafios. Marco Antônio de Almeida (USP).

Moderador: Fábio Viana Ribeiro (UEM).

21 de Setembro | Quinta-feira

13H30 | Palestra

Marx e a violência da lei do valor. Jadir Antunes (UNIOESTE).

Moderador: Evandro Luis Gomes (UEM).

19H30 | Palestra

Relações entre crença em feitiçaria e percepção do processo saúde-doença. Liliana de Mendonça Porto (UFPR).

Moderadora: Cleyde Rodrigues Amorim (UEM).

22 de Setembro | Sexta-feira

13H30 | Palestra

Aspectos históricos da democracia. Joaquim José de M. Netto (UEL).

Moderador: José Beluci Caporalini (UEM).

15H30 | Palestra

O conceito de homem em Santo Agostinho. José Beluci Caporalini (UEM)

Moderadora: Marivânia Conceição Araujo (UEM).

19H30 | Palestra

Cultura Escolar e Cultura Acadêmica: aproximações e discontinuidades.

Walter Lúcio A. Praxedes (UEM) e Raymundo de Lima (UEM).

Moderadora: Marivânia Conceição Araujo (UEM).

21H30 | Encerramento

Encerramento e programação cultural.

COMUNICAÇÕES

21 de Setembro | Quinta-feira

22 de Setembro | Sexta-feira

Bloco G-34 | UEM | 15H30

MINI-CURSOS

19 de Setembro | Terça-feira

Bloco G-34 | UEM | 16H00

Formas de interpretação do consumismo moderno.

Fábio Viana Ribeiro (UEM).

Foucault e o poder.

David Ferreira de Paula (UEM).

Introdução à cosmologia peirceana

Max Rogério Vicentini (UEM).

20 de Setembro | Quarta-feira

Bloco G-34 | UEM | 16H00

Tipologias Sócio-Espaciais.

Ana Lúcia Rodrigues (UEM)

Rosângela Getirana Santana (UEM)

Aplicação do método dialético na produção do conhecimento do ensino de ciências sociais.

Nilson Nobuaki Yamauti (UEM).

Breve introdução à lógica paraconsistente.

Evandro Luis Gomes (UEM).



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE
MARINGÁ

DCS

Departamento de Ciências Sociais

FUNDAÇÃO

IV Seminário de Ciências Sociais
1º. Simpósio de Filosofia



FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA

19 a 22 de Setembro de 2006

IV SEMINÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

"As Ciências Sociais: diferentes olhares sobre o contemporâneo"

I SIMPÓSIO DE FILOSOFIA

"Pensamento e Poder"

19 A 22 DE SETEMBRO DE 2006
Auditório da ADUEM

APRESENTAÇÃO

Desde o seu nascimento as Ciências Sociais têm como principal objetivo entender e refletir acerca das diferentes relações que constituem as sociedades. E isso ocorreu nos mais variados âmbitos, isto é, as ações sociais voltadas para a religiosidade, a política, a organização espacial, o consumo, a configuração da família, do trabalho, esporte, lazer, o entendimento do que seja cor, raça, sexo, moral, etc. Em virtude dessa característica marcante é que as Ciências Sociais têm um extenso leque de temas e elaborações teóricas que procuram compreender o mundo em que vivemos, para além do senso comum e das tradições construídas pelos grupos.

O *IV Seminário de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá – As Ciências Sociais: diferentes olhares sobre o contemporâneo*, pretende dar continuidade a esse perfil das Ciências Sociais, visto que se propõe a discutir diferentes assuntos ligados a sociedade sob a perspectiva de sua diversidade e atualidade.

Em conjunto com o IV Seminário de Ciências Sociais, realizar-se-á o *I Simpósio de Filosofia da Universidade Estadual de Maringá*, consolidando, assim, os encontros científicos promovidos pelo curso de Filosofia da UEM nos últimos cinco anos. A cada edição tratando um tema diferente, neste ano será abordado o tema *Pensamento e Poder*, assunto de relevada importância à Filosofia desde os seus primórdios. Para a realização deste Simpósio, contaremos com a presença de importantes estudiosos de diversas Instituições de Ensino Superior brasileiras, os quais discutirão as relações conceituais e as implicações teórico-práticas de noções como soberania, liberdade, vontade, obediência, direito, Estado, justiça, democracia, entre outras

Comissão Organizadora
IV Seminário de Ciências Sociais
I Simpósio de Filosofia

[voltar](#)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

IV SEMINÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
"As Ciências Sociais: diferentes olhares sobre o contemporâneo"

I SIMPÓSIO DE FILOSOFIA
"Pensamento e Poder"

19 A 22 DE SETEMBRO DE 2006
Auditório da ADUEM

COMISSÃO ORGANIZADORA

DOCENTES

Celene Tonella
Evandro Luis Gomes
Fábio Viana Ribeiro
José Beluci Caporalini
José Lourenço Pereira da Silva
Marivânia Conceição Araujo

APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Denise Cristina Montanher
Laércio Ferreira

DISCENTES

Alessandro Ribeiro Hafemann
Ciro Henrique Afonso Garcez
Gisela Genaro
Hugo Araújo
Mariane de Siqueira
Loide Tozati
Luciene Medina
Paulo Rogério da Silva
Simone Sartori Jabur
Thiago Bonatti
Vania Menezes
Wesley Ribeiro Ferreira dos Santos

COMISSÃO CIENTÍFICA

Evandro Luis Gomes
Fábio Viana Ribeiro
José Lourenço Pereira da Silva

DIAGRAMAÇÃO

Ciro Henrique Afonso Garcez
Evandro Luis Gomes

APOIO

Fundação Araucária
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - UEM
Pró-Reitoria de Pós-Graduação - UEM
Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - UEM

VOLTAR

Comunicações do I Simpósio de Filosofia

Local	Dia	Sessões	Coordenação	Horário	Comunicações
G34 Sala 208	21.09.06	Primeira	José Beluci Caporalini	15h30	Elton V. S. Tada – <i>Xenófanes e sua crítica aos míticos.</i>
				15h45	Tais F. Ezequiel – <i>A ação na tragédia e a problemática da vontade.</i>
				16h00	Juliana C. F. Murari – <i>O universo mitológico de acordo com a teogonia de Hesíodo.</i>
				16h15	Rodrigo G. de Souza – <i>Sêneca e o poder imperial.</i>
				16h30	Priscila R. Lima – <i>Estoicismo: a defesa do homem virtuoso no exercício da vida pública.</i>
G34 Sala 207	21.09.06	Segunda	Patrícia Coradim Sita	17h00	Tiago Valenciano – <i>A lei e a liberdade medida por medida, de William Shakespeare.</i>
				17h15	Julio Cesar Moraes Pezzott – <i>A cosmologia de Charles S. Peirce.</i>
				17h30	Ciro Garcez - <i>Deus: razão ou ilusão.</i>
				17h45	Loide Tozati – <i>Pedagogia na obra de Danião de Góis.</i>
G34 Sala 207	22.09.06	Terceira	João Hentges	15h30	Vivian Batista – <i>A estética socrática contra a consideração trágica do mundo na obra “O nascimento da tragédia”.</i>
				15h45	Fabiano Queiroz da Silva – <i>A vontade livre e todo-poderosa em Arthur Schopenhauer.</i>
				16h00	Alexander Gonçalves – <i>O lugar do homem: Deleuze, Nietzsche e a “transmutação dsdos valores”.</i>
				16h15	Juliana Souza – <i>A ideologia na indústria cultural.</i>
				16h30	Patrícia Panichelli G. Moço – <i>A pintura no renascimento: um olhar sobre a iconografia e a perspectiva.</i>

I SIMPÓSIO DE FILOSOFIA

"Pensamento e Poder"

RESUMOS POR TÍTULO

EZEQUIEL, Taís Farinassi. A ação na tragédia e a problemática da vontade

GARCEZ, Ciro. Deus: Razão ou Ilusão?

GOMBI, Vivian Batista. A estética socrática contra a consideração trágica do mundo na obra "O Nascimento da tragédia"

GONÇALVES, Alexander. O lugar do homem: Deleuze, Nietzsche e a "transmutação dos valores"

LIMA, Priscila Rubiana. Estoicismo: a defesa do homem virtuoso no exercício da vida pública

MOÇO, Patrícia Panichelli Guastala. A pintura no Renascimento: um olhar sobre a iconografia e perspectiva

MURARI, Jualiana Cristina Faizano. O Universo mitológico de acordo com a Teogonia de Hesíodo

PEZZOTT, Júlio César Moraes. A cosmologia de Charles S. Peirce

SILVA, Fabiano Queiroz da. A vontade livre e todo poderosa em Arthur Schopenhauer

SOUZA, Juliana. A ideologia na indústria cultural

SOUZA, Rodrigo Gonçalves de. Sêneca e o poder imperial

TADA, Elton Vinicius Tadao. Xenófanes e sua crítica aos míticos

TOZATI, Loide. A pedagogia na obra de Damião de Góis

VALENCLANO, Tiago. A lei e a liberdade em medida por medida

[VOLTAR](#)

[PÁGINA PRINCIPAL](#)

A AÇÃO NA TRAGÉDIA E A PROBLEMÁTICA DA VONTADE

Tais Farinassi Ezequiel

Departamento de Ciências Sociais
Universidade Estadual de Maringá

taisfei@bol.com.br

A presente comunicação é fruto de uma reflexão filosófica que será desenvolvida enfatizando a temática sobre a vontade [1]. O título indica o assunto: “ética”[2], do grego *ethos*, designa as concepções morais nas quais um ser humano tem fé. Para tanto, abordaremos a questão da ação [3] humana na tragédia grega de Sófocles intitulada *Édipo Rei*, visando apontar os primeiros esforços de romper com as determinações divinas, na construção da ação responsável do homem. Entre os gregos não existia a expressão da vontade (como escolha), mas sim, o termo ação humana. Eis a fundamental questão abordada por eles: os homens agem pela vontade própria ou são guiados por um Deus? Vê-se, portanto, que no âmbito da ação entramos em uma religiosidade, ou seja, os deuses que interferem na vida do homem. No pensamento grego, desde o mais antigo, existia uma semelhança e um trânsito entre a ordem divina e natural, presente no cosmos, e a ordem ética e social. Essa reciprocidade entre o cosmos e a legislação ética encontra expressão em uma longa tradição, de que temos testemunha, como por exemplo, no oráculo de Delfos. Portanto, é de suma importância apontar, como os primeiros esforços de romper com as determinações de ordem divina já estão presentes na tragédia grega. A questão sobre a ação humana começa a ser tematizada na tragédia grega e a figura fundamental que encarna a ação é o Guerreiro, em oposição ao filósofo, que é o homem de pensamento. Em uma das mais belas tragédias de Sófocles, intitulada *Édipo Rei*, o personagem Édipo é um homem de ação, ainda que a ação de Édipo já estivesse determinada pelo oráculo. Quando Édipo resolve consultar o oráculo de Delfos para saber sua real origem, ele se defronta com uma revelação aterrorizante. A resposta que Édipo recebeu é que, não somente mataria seu pai, mas desposaria sua mãe. No intuito de evitar uma tragédia, resolveu fugir de Corinto, deixando para trás quem de fato acreditava serem seus verdadeiros pais. Portanto, encontramos na Grécia, umas formas articuladas de pensamento, que aponta o homem como senhor responsável de suas ações. Ser responsável aqui, diz respeito a capacidade que o homem tem de parar, pensar e agir. É a primeira tentativa do homem, de apontar uma formulação, onde a ação humana é responsável. Leitura estrutural dos textos, apresentação da comunicação e abertura para debates. O resultado da presente comunicação, visa a compreensão de um ponto fundamental para compreendermos a raiz da temática sobre a vontade e a ação. Há um primeiro esforço de romper com as determinações externas, ou seja, mesmo nesse mundo grego, cercado de deuses, destinos e acasos, há um espaço, ainda que pequeno, para a vontade.

1-Definiremos vontade, como uma capacidade para agir que o homem possui. A vontade é um pressuposto fundamental para o julgamento do valor moral. Ela não tem sua fonte de determinação em nenhum princípio interno ou externo alheio ao próprio querer.

2-Da antiguidade até a modernidade não há distinção entre ética e moral. Essa diferenciação só será feita na filosofia moderna, com Hegel. A moral, para Hegel, é o cumprimento do dever pelo ato da vontade, está ligada ao aspecto subjetivo do homem, por exemplo, as ações, as atitudes. Já a eticidade, para Hegel é uma obediência a lei moral, enquanto fixada por normas, leis e costumes da sociedade.

3-Definiremos ação, como a operação de um agente, pelo meio da qual se introduz modificação em uma entidade distinta do agente.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.

DEUS: RAZÃO OU ILUSÃO

Garcez, Ciro

Patrícia Coradim Sita (Orientadora)

Departamento de Ciências Sociais
Universidade Estadual de Maringá

cirogarcez@gmail.com

O objetivo deste trabalho é apresentar a justificação da existência de Deus nas Meditações Metafísicas, ou Meditações da Filosofia Primeira, de René Descartes. Descartes quer libertar-se das falsas opiniões e preconceitos e elaborar um método para o conhecimento, de modo que se possa formar as bases do edifício da ciência. Na busca pela verdade o autor faz uma avaliação crítica de todo conhecimento adquirido até o momento. Na primeira meditação o ponto de partida da interpretação é a dúvida hiperbólica: por que é necessário tomar como falso tudo o que é duvidoso? É digno de exame o fato de que a demonstração da existência de Deus insere-se em uma meditação cujo teor é inicialmente epistemológico sobre o conhecimento certo e seguro. A dúvida hiperbólica está ligada à questão da prova da existência de Deus. Descartes postula a hipótese de que haja um Deus Enganador, ou Gênio Maligno, perturbador das certezas humanas. A questão do Gênio Maligno é importante, pois é a primeira vez que Descartes introduz no texto a questão da existência de Deus. Questiona-se a bondade e a existência de Deus de tal maneira que somente após provar a bondade e existência de Deus ele pode validar suas conclusões sobre o mundo. O critério da clareza e distinção, fundamental para o estabelecimento da ciência, é validado pela natureza de Deus. O argumento do Gênio Maligno instaura um ceticismo que engendra a sua própria destruição, dando lugar à certeza do cogito. Duvida-se de tudo, menos da existência do sujeito que duvida. Conclui-se que existe um Deus e que este não é maligno. A existência de Deus, soberanamente perfeito, é o fundamento da ciência. A primeira prova apresentada nas Meditações é a prova *a posteriori*. Entenda-se por prova *a posteriori* aquela derivada do homem. A segunda prova apresentada é a prova *a priori*, a prova ontológica. Nesta, Descartes utiliza-se do princípio de não contradição e da matemática para examinar a existência de Deus. Analisar o papel atribuído a Deus nas reflexões relativas à natureza do conhecimento é o objetivo de Descartes.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.

A ESTÉTICA SOCRÁTICA CONTRA A CONSIDERAÇÃO TRÁGICA DO MUNDO NA OBRA O NASCIMENTO DA TRAGÉDIA

Gombi, Vivian Batista

Departamento de Ciências Sociais
Universidade Estadual de Maringá

vickgombi@hotmail.com

Este trabalho tem por preocupação central apresentar a contraposição da consideração trágica do mundo, expressa pela tragédia grega, à consideração teórica do mundo, da qual se caracteriza a cultura moderna, realizada por Nietzsche em sua obra intitulada *O Nascimento da Tragédia*. O que se pretende fazer através dessa contraposição é avaliar as críticas que Nietzsche faz a Sócrates, como também caracterizar a figura socrática na obra *O Nascimento da Tragédia* aproximando-a da figura de Sócrates do diálogo platônico *Apologia de Sócrates*. Nietzsche acreditava que a existência humana poderia justificar-se apenas mediante a arte e, por isso, revê o auge da cultura grega para tentar explicar como se originou e se desenvolveu a arte trágica. Com essa tentativa, Nietzsche demonstra como a tragédia sucumbiu em virtude da busca de entendimento da arte por meio de Sócrates e sua influência na obra euripidiana, pois, a partir daí, a estética é revista por um socratismo estético que tenta tornar toda a arte consciente, o que vai acarretar não só uma mudança estética, mas também cultural. Para Nietzsche, Sócrates é o progenitor da ciência e o protótipo do otimismo teórico que procura, através do seu mecanismo dialético de conceitos e deduções, constituir um saber verdadeiro que não seja aparente e errado. Com sua racionalidade, esse Sócrates condena a arte como expressão irracional e transforma a forma de existência helênica trágica na forma de existência teórica. Ao criticar Sócrates, o que Nietzsche tenta fazer é avaliar até onde a ciência e seu otimismo teórico é saudável para uma civilização, já que o insaciável conhecimento otimista é pessimista na prática e degenerou toda a cultura ao tornar tudo lógico. Além de destruir a tragédia, o otimismo teórico destruiu também a cultura moderna, pois não soube enfrentar as conseqüências das falhas de sua ciência lógica, e consolidou uma civilização científica que só pode ser salva tendo a arte como modelo para sua cultura. Tendo como referência essas críticas, Nietzsche apresenta uma figura socrática muito semelhante à relatada por Platão na *Apologia de Sócrates*, na qual vemos um Sócrates justificando sua existência perante os seus juízes em seu julgamento e afirmando os seus conceitos, bem como a sua busca pelo saber, o que se confronta com a existência trágica que não é compreensível. Diante dessas caracterizações da cultura moderna e da influência da figura socrática sobre elas, Nietzsche ultrapassa a contraposição de arte e ciência para contrapor vida e moral, já que dentro do desenvolvimento da civilização científica a moral se transformou em um instinto de aniquilamento para qual só a arte, na vida e na cultura, pode apresentar cura.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.

O LUGAR DO HOMEM: DELEUZE, NIETZSCHE E A “TRANSMUTAÇÃO DOS VALORES”

Gonçalves,Alexander

alexandermano@hotmail.com

Tendo em vista o homem como um sujeito moralmente responsável e senhor de si mesmo, o humanismo moderno - fundamentado por uma razão absoluta e soberana - se apresenta aos olhos de Nietzsche como torpor e ilusão. Segundo o filósofo Gilles Deleuze, ao conceber a filosofia como uma “força”, Nietzsche devolve o homem, bem como a própria filosofia, à sua totalidade, ou seja, reunifica-os com a terra e a vida. A partir desta “reunião”, o projeto de homem concebido pela modernidade, o “sujeito autônomo”, desloca-se para uma condição de “falso agente”, um autômato, que ao agir não faz mais que reafirmar os valores estabelecidos carregando o peso dos princípios instituídos sem criticá-los ou avaliá-los, aceitando-os como se fossem verdades sagradas e irrefutáveis. Segundo Deleuze, Nietzsche aponta com certa convicção o início desse projeto decadente: Sócrates. Para Nietzsche, é a partir da fundação de um mundo ideal, ilusório e abstrato capaz de se sobrepor, medir e julgar a realidade que Sócrates inaugura a metafísica. Este fato fez com que durante séculos o mundo fosse o palco do triunfo das forças reacionárias sobre as forças criadoras. Deleuze afirma que o niilismo denunciado por Nietzsche consiste essencialmente nessa vitória dos “fracos” sobre os “fortes”, e quando ele (o niilismo) triunfa, a “vontade de poder” deixa de querer dizer “criar”, passando a significar querer o poder, dominar, admitir e reafirmar os valores estabelecidos, como o dinheiro, honras e poder. Para Nietzsche, passa-se o mesmo com o homem reativo e com a sua concepção de ação, ou seja, esta não passa da idéia torpe de agir. O niilista é aquele tem a ilusão do agir, do criar, mas seu gesto implica somente em uma negação reafirmadora. O niilista é aquele que mata Deus, mas que acaba por herdar e admitir os mesmos valores de que este princípio deriva, mudando apenas o seu nome. Em resumo, a análise deleuziana afirma que nada mudou, porque é a mesma vida reativa, a mesma escravatura que triunfa agora pelos valores humanos. É o mesmo burro, o mesmo carregador que, deixando de lado o peso das relíquias divinas, e deixando de responder à Deus, agora carrega o peso de sua auto-responsabilidade. Por isso, passar da fase do burro à etapa do leão, ou seja, quebrar os ídolos, “matar Deus”, não é o suficiente, deve-se ir além; deve-se tornar “criança”; deve-se chegar o momento da “transmutação dos valores”. Somente por uma transmutação de todos os valores, o homem pode deslocar-se deste “lugar” ao qual fora historicamente cristalizado e condicionado para um lugar por vir; para a condição de eterna “esperança”; somente dizendo sim à vida o homem age. A afirmação é o mais alto poder da vontade, e consiste em um afirmar a vida, a terra, em detrimento de valores ditos superiores a estes. Afirmar é afirmar o múltiplo enquanto múltiplo; o diferente enquanto diferente; o devir enquanto devir; é responder ao incondicional apelo de Dioniso. Este trabalho pretende analisar os apontamentos do filósofo Gilles Deleuze sobre a questão da transmutação dos valores em F. Nietzsche, observando, a partir deste conceito, uma possível desconstrução do humanismo moderno através de um deslocamento do próprio conceito de homem.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.

ESTOICISMO: A DEFESA DO HOMEM VIRTUOSO NO EXERCÍCIO DA VIDA PÚBLICA

Lima, Priscila Rubiana

Dr^a Venturini, Renata L. Biazotto (Orientadora)

Departamento de Ciências Sociais
Universidade Estadual de Maringá

priscilarubiana@hotmail.com

A presente comunicação tem como objetivo compreender como a filosofia estóica influenciou na manutenção das virtudes e idéias que legitimavam a organização político-administrativa da República romana. Nesse sentido, buscamos analisar em que medida o Estado romano respondia aos preceitos do estoicismo na definição do cidadão e de suas virtudes no exercício da vida pública. Utilizamos como fonte para este estudo a obra literária intitulada “Dos Deveres” (*De Officiis*, 44 a.C.) escrita pelo orador, político e advogado romano, Marco Túlio Cícero (106 a 43 a.C.). Adotamos como método de análise a orientação teórico -metodológica que discute as relações entre Literatura e História, em particular as idéias, conceitos e linguagem, que definem a íntima relação existente entre autor, público e obra. A obra a ser estudada está dividida em três livros, no interior dos quais Cícero concorda com as implicações gerais do médio estoicismo e a sua relação com a natureza. O estoicismo concebe a filosofia de forma sistemática onde a moral é o aspecto mais explorado na antiguidade. Essa moral aconselha que o homem público tenha uma conduta ética que assegure tanto a sua felicidade, quanto a do meio social em que vive, uma vez que para os estóicos os homens devem atuar como homens públicos, visando o bem-estar da cidade. No período de 135 a 51 a.C. o estoicismo assume um caráter eclético, aproximando-se do platonismo e do aristotelismo, o que foi uma tendência típica do helenismo. Esse ecletismo caracteriza os escritos de Cícero, conciliando as doutrinas de várias correntes filosóficas. Como consequência da influência do estoicismo, Cícero concebe que a cidadania deve ser exercida no quadro da sociedade hierarquizada, com a existência de desigualdades justificadas, mas uma boa vontade recíproca, uma amizade verdadeira e respeitosa por parte dos *humiliores* e benevolentes da parte daqueles que têm o poder, os *honestiores*. Essa idéia garantiu a autoridade, *auctoritas*, dos magistrados e a manutenção das instituições tradicionais da República romana. O cidadão virtuoso era considerado pelo estoicismo e pela tradição romana, como o homem que deveria administrar a República, mantendo a justiça e o bem comum. Os problemas sociais do século I a.C. são entendidos por Cícero como uma consequência da falta de homens virtuosos nos negócios públicos. Cícero é contemporâneo aos conflitos de ordem social e política que marcam o final do período republicano. Suas preocupações diante desse quadro instável, o faz descrever as atitudes que deveriam ser praticadas por um homem virtuoso no exercício da vida pública. Nesse sentido, o estoicismo tratado por Cícero é extremamente compatível com a atividade prática, visto que a virtude pode ser usada para manter a ordem republicana. Com o apoio da filosofia estóica e do *mos maiorum* (costume mais antigo dos romanos), Cícero, no século I a.C., compõe as bases das estruturas morais da República romana, com o intuito de garantir a ordem e a paz para sociedade. A justiça é virtude mais ressaltada pelo estoicismo, pois ela é o fundamento de toda a vida social. A crença na justiça é o que permite a administração e a manutenção do Estado com o apoio do cidadãos, onde o homem público, por suas virtudes, deve preferir sempre o que é honesto e não o que engana. O cidadão virtuoso deveria preferir sempre o bem comum, ou seja, a manutenção do estado republicano, por isso quanto mais o homem prezasse pelo social, mais virtuoso ele seria. Entendemos que a legitimidade da vida pública para o romano não repousava nas instituições, na constituição ou no voto, mas sim sobre o valor moral, a virtude e a vocação para exercer o poder. Para os homens que governam a República a virtude é indissociável do aspecto político. Cícero alertou que, dentre as numerosas criações e instituições que os deuses inspiraram a seus ancestrais, não havia decisão mais sábia que a de confiar aos mesmos homens o culto dos deuses imortais e os interesses do estado, para que os cidadãos mais ilustres fossem capazes de assegurar a manutenção do costumes por uma boa gestão de Estado. Durante o período republicano, o Senado era considerado o agrupamento dos homens mais virtuosos de toda a sociedade, era a principal instituição política por personificar a conservação da tradição e por isso sua autoridade tinha peso considerável. Os pareceres pronunciados pelo Senado eram sinônimos de uma solução possível, considerada por todos como provavelmente a mais sábia, a melhor justificada, pois vinha das mais eminentes personalidades da cidade, as mais virtuosas. A partir dessas considerações preliminares, podemos identificar que a coesão da sociedade romana era garantida pelas normas de uma ética marcadas pelo estoicismo e pela tradição da nobreza, que impunham regras de comportamento conforme o “*mos maiorum*”.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.

A PINTURA NO RENASCIMENTO

UM OLHAR SOBRE A ICONOGRAFIA E A PERSPECTIVA

Moço. Patrícia Panichelli Guastala

Jabur. Simone Sartori

Departamento de Ciências Sociais
Universidade Estadual de Maringá

O profundo interesse pelo homem que caracterizou o Renascimento foi à expressão duradoura na arte, nenhuma outra época reuniram tantos e tão grandes pintores, escultores e arquitetos. Para os próprios artistas, o Renascimento foi um período de mudanças sociais, econômicas e avanços radicais na técnica. Cada pintura se tornava um desafio técnico, uma aventura na perspectiva, uma revolução no uso da cor. Por conseguinte, o objetivo deste trabalho é abordar a perspectiva nas pinturas renascentistas e seus ícones, como também o persistente uso desses ícones, que eram freqüentemente utilizados na Idade Média e, que prevaleceram na consciência coletiva dos artistas do Renascimento. Diante disto, os pintores que serão estudados compreendem: Jan van Eyke, Pieter Bruegel (velho) e Leonardo da Vinci. O período da renascença é conhecido pelo crescimento dos complexos urbanos e, portanto, da população que migravam para estes centros urbanos, como Florença, Veneza, Milão e com isso houve uma exploração mais intensiva da mão-de-obra disponível, uma progressiva divisão do trabalho e a gradual mecanização dos métodos do mesmo. Todo este processo originou uma riqueza concentrada em poucas mãos, a exploração da mão de obra, a expansão urbana todo esse processo gerava um comércio cada vez mais amplo, como exemplo temos a exploração das colônias, seguros marítimos, transferência de créditos, aplicação de sistemas ativos e passivos na contabilidade de empresas. Os homens de negócio italiano deram início ao investimento na cultura, como forma de conservação de valores, exatamente como homem atual que aplica seu capital em obras arte visando poder e lucro. O primeiro *marchand* de belas-artes de quem se conhece é o florentino Giovanni Battista della Palla, no começo do século XVI. Logo, ocorrem casos em que o *marchand* encomenda quadros com propósitos especulativos, com o intuito de vendê-los com lucro. O dinheiro, contudo não poderia comprar cultura somente seus produtos. Essa nova sociedade influenciou os pintores deste período, de modo que, os mesmos descobriram e utilizaram de uma técnica inovadora que foi a perspectiva. A perspectiva é um desenho geométrico, uma disciplina que ensina a transpor para a superfície bidimensional do quadro a estrutura tridimensional do espaço, tal como o olho humano o percebe. Por exemplo, o quadro tem comprimento e largura, o espaço visual tem comprimento, largura e profundidade, esta terceira dimensão tem que ser fingida pelo artista. Como fazê-lo, é objeto de ciência de teor matemático, que se constitui em meados do século XV, na Itália, e escorou toda a pintura ocidental desde o *Quattrocento*, até o Impressionismo, quatro séculos, portanto, de vigência de uma gramática figurativa. A perspectiva por mais racional e matemática que possa parecer era apenas um método de representação do espaço. Presumia um ponto de vista fixo e um olho fixo, sendo, portanto, um artifício. E, como todos os artifícios em pintura, tentava o artista a jogar com ele. A iconografia sustenta, é um ramo da história da Arte que trata do conteúdo temático, ou seja, o significado das obras de arte enquanto algo de diferente de sua forma. Finalmente a identificação de tais imagens histórias e alegorias pertencem ao campo da iconografia no sentido mais restrito da palavra. Portanto, o realismo renascentista também se caracterizava por outro traço medieval: o persistente uso do símbolo para comentar ou explicar o significado de uma pintura.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.

O UNIVERSO MITOLÓGICO DE ACORDO COM A *TEOGONIA* DE HESÍODO

Murari, Juliana Cristina Faizano

PIBIC

José Belucci Caporalini (Orientador)

Departamento de Ciências Sociais
Universidade Estadual de Maringá

Este trabalho procura ser uma apresentação de aspectos do universo mitológico de Hesíodo como é expresso em sua mais consagrada obra, a saber, a *Teogonia*. Procura-se analisar aqui esta obra a fim de compreender alguns aspectos da cosmovisão grega que emana de tal obra. De fato, a concepção grega tal como a expressa Hesíodo é bem mais complexa do que pode parecer à primeira vista. A bem da verdade, ela revela uma preocupação em responder às indagações humanas de uma maneira bastante peculiar, porém de certa forma com uma complexidade que não fica a dever muito ao pensamento que surgiria logo em seguida. A contribuição de Hesíodo tem algo a ver com a cosmovisão que surgiu a seguir, baseada no logos. Aqui defende-se que sim. Nos poemas que compõem a sua obra *Teogonia*, por meio de narrativas fantásticas, hoje chamadas de mitos, Hesíodo relata como se deu a passagem do caos para o mundo ordenado, ou cosmos, e a formação de suas partes naturais identificadas com o mar, céu, terra, astros, etc. Desse modo cabe investigar esse processo para melhor entender o universo mítico hesiódico. Hesíodo, poeta grego, nasceu e viveu em Ascra no século VIII a.C. e dedicou-se ao cultivo da Terra, provável herança de seu pai. O próprio Hesíodo relata na sua obra *Teogonia* a experiência mais importante de sua vida: diz que quando apascentava suas ovelhas aproximaram-se dele as Musas, e a voz das musas, despertou nele, o poeta, a inspiração e desse modo sentiu-se chamado a cantar coisas passadas e futuras, reconhecendo assim sua missão. Na *Teogonia*, encontra-se uma tradição de procedência diversa, misturada de maneira muito variada com aquilo que Hesíodo concebeu como expressão do seu próprio pensamento. A *Teogonia* descreve um desenvolvimento, que vai do caos até o mundo organizado; nesta obra há um esforço de pensamento pré-racional que é sustentado pela causalidade mítica e isto abrirá caminho, posteriormente, para cosmogonias filosóficas. *Teogonia* significa nascimento ou origem dos Deuses, é, portanto um poema no qual se procura estabelecer a genealogia dos Deuses Imortais e ao fazer assim identifica os nomes dos Deuses a partes do cosmos, preparando em uma linguagem mítica os fundamentos da cosmogonia; posteriormente isto ajudaria a nascente filosofia em sua concepção cosmológica, agora em uma linguagem lógica, filosófica. Deste modo pode-se concluir afirmando que já em Hesíodo, concretamente na *Teogonia*, há uma tentativa de se expor toda a cosmovisão ordenadamente e isto de certa forma seria de ajuda ao futuro pensamento que estava em gestação: Hesíodo tem a sua visão a partir do universo mitológico e a filosofia do lógico-racional. Contudo é seguro afirmar que o mito tem uma certa presença nela e que a visão de Hesíodo foi utilizada pela nascente filosofia.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.

A COSMOLOGIA DE CHARLES S. PEIRCE

Pezzott, Julio Cesar Moraes

Departamento de Ciências Sociais
Universidade Estadual de Maringá

jjcesarmp@yahoo.com.br

A publicação de *The Architecture of Theories*, no *The Monist* em 1891, inaugura uma série de artigos, nos quais o filósofo e lógico norte-americano Charles S. Peirce (1839-1914) apresenta o projeto de sua cosmologia. O princípio da cosmologia peirciana é o acaso [*chance*]; não meramente um acaso subjetivo ou epistemológico, mas um acaso ontológico, que se contrapõe à estrita necessidade dos fenômenos. O filósofo utiliza o termo acaso para expressar liberdade e espontaneidade, afirmar a falta de necessidade de o mundo ser tal como ele é. O autor percebeu o descumprimento da precisa regularidade na natureza, e acusou a presença do indeterminado nos fenômenos naturais. Na física de seu tempo, a teoria cinética dos gases já acusara certas irregularidades nos experimentos com gases, o que exigiu a aplicação, na física, da recém desenvolvida Teoria Matemática da Probabilidade; esses fatores contribuíram para a elaboração teórica de Peirce contra a doutrina determinista e em favor do acaso. No artigo intitulado *The Doctrine of Necessity Examined* de 1892, Peirce refuta os pressupostos da Filosofia Mecânica, que afirmara um universo regido por leis mecânicas de alcance universal e necessário, e apresenta seus argumentos em favor da existência do acaso absoluto. Segundo o filósofo, a precisão matemática de uma lei física não confere com sua verificação empírica; não sendo meramente uma falha subjetiva, mas a constatação da presença de desvios espontâneos nos fenômenos. Um fator que fizera Peirce considerar a presença do acaso pode ser encontrado na tendência ao aumento da diversidade na natureza: a diversidade e a novidade não podem ser explicadas pela imutabilidade das leis da mecânica. O determinado só pode gerar o determinado. A variedade existente, segundo Peirce, resulta da espontaneidade de um cosmos que evolui. Encontramos na evolução um outro conceito da cosmologia peirceana. Novamente, percebe-se o diálogo que Peirce mantém com a ciência de seu tempo; o evolucionismo apresentara uma alternativa teórica que vinha sendo usada na biologia, na geologia e na paleontologia, e que Peirce assume em sua cosmologia. Para o autor, evolução é crescimento. O cosmos cresce, e nele não há lugar para a exata regularidade e a uniformidade das leis. Porém, Peirce não exclui a regularidade de sua cosmologia: a repetição dos fenômenos é inegável; porém, não é correto afirmar uma exatidão universal da repetição de tais fenômenos. Segundo Peirce, as regularidades são formadas e podem ser alteradas pelo princípio ontológico do acaso. Contudo, a recorrência de certo fenômeno fortalece a tendência a sua repetição. Essa tendência é denominada por Peirce de Lei do Hábito, que pode ser sintetizada na propensão à repetição de um fenômeno na medida em que ele ocorre mais vezes. É com esse processo que Peirce explica o surgimento das leis. No entanto, o cosmos cresce e as regularidades estão submetidas a tal processo, sem possuir, contudo, o caráter universal e necessário. Assim, Peirce apresenta sua cosmologia como resultado de um crescimento, na qual as regularidades se fortalecem na medida em que são repetidas e incessantemente violadas pelo acaso, gerando a novidade e a diversidade presentes no universo.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.

A VONTADE LIVRE E TODO-PODEROSA EM ARTHUR SCHOPENHAUER.

Silva, Fabiano Queiroz da.

Departamento de Ciências Sociais
Universidade Estadual de Maringá

fabifilosofia@hotmail.com

O trabalho tem por objetivo uma verificação estrutural do livro quarto da obra *O mundo como vontade e como representação*, cujo prefácio foi escrito em agosto de 1818 por Arthur Schopenhauer. Nesta análise dar-se-á uma tentativa de exprimir o que é e como se dá esta Vontade livre e todo-poderosa. Para tal fim, a comunicação do trabalho está dividida em quatro momentos. No primeiro momento: qual é o conceito e a tarefa da filosofia para o autor de *O mundo*? No segundo momento: quais as implicações do conceito de filosofia no campo da ética? No terceiro momento: por quais motivos a filosofia de Kant e de Hegel é incompatível com a sua proposta de filosofia? No quarto momento: o que é a vontade? Qual a sua tarefa? Quais são suas implicações no campo da ética? Em resposta as questões, Schopenhauer afirma que toda filosofia é sempre teórica, pois sempre lhe é vital manter uma atitude puramente contemplativa, não importando quão próximo seja o objeto de investigação, e sempre inquirir, em vez de prescrever regras. Nesse sentido, vale ressaltar que a filosofia tem por tarefa a interpretação e explicitação do existente, a essência do mundo e trazê-la ao conhecimento distinto e abstrato da razão. A sua definição de filosofia é compatível com seu objetivo, porque não tem por meta no livro quarto que trata de ética, o estabelecimento de um princípio moral absoluto parecido a uma receita universal para a produção de todas as virtudes, isto é, não tem por meta uma filosofia prática. A filosofia de Kant neste momento é incompatível, pois fundamenta sua ética na noção de “por dever”, portanto de uma filosofia prática. A filosofia de Hegel também é incompatível, já que é uma forma histórica de filosofar. Schopenhauer não aceita esta cosmogonia que não contempla o objeto, mas que interfere com questões referentes ao passado e ao futuro. Schopenhauer afirma que a Vontade é a coisa-em-si e o fenômeno é seu espelho. Ela é um esforço sem alvo e interminável; um ímpeto cego e irresistível; um querer irracional e inconsciente que se objetiva apenas no presente. O “dever” de Kant não pode suprimi-la. A historiografia de Hegel também não tem este poder, pois sua forma histórica de filosofar valoriza o passado e o futuro que não são objetividade da Vontade. Não existe fenômeno nem no passado, nem no presente. A Vontade é livre e todo-poderosa. Ela se manifesta no mundo como representação em cada indivíduo. A vontade que se manifesta em cada um é fruto desta Vontade. Enfim, o que fazer perante a Vontade livre e todo-poderosa? O que Schopenhauer propõe é uma afirmação ou negação da vontade. Mas optar por qual caminho? Caso optar pela negação da vontade: O que pode “enclausurá-la”? Caso optar pela afirmação da vontade: quais são as conseqüências principalmente no campo ético?

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.

SÊNECA E O PODER IMPERIAL

Souza, Rodrigo Gonçalves de.

Venturini, Renata Lopes Biazotto.

Departamento de Ciências Sociais
Universidade Estadual de Maringá

rdsouza05@hotmail.com

Este trabalho tem como objetivo analisar os valores morais que norteavam a política imperial romana no início do século I da era cristã. Sob a perspectiva estoica, discutiremos a natureza do poder imperial e qual o tipo de governante que se almejava constituir. Após um longo período de lutas políticas no interior da aristocracia romana, bem como os conflitos que eclodiam por todas as províncias, a República romana encontrava, em finais do século I a.C., sinais de fragilidade. As lutas militares pela posse do poder em Roma, agravado pelos conflitos dos provincianos, itálicos e escravos, culminaram com o fim do sistema republicano. Os cidadãos viam com desconfiança as ações do Senado, pois a sociedade julgava que eles já não representavam os verdadeiros interesses romanos. A elite senatorial, agora fragilizada, se viu incapaz de resolver os problemas da sociedade. Submergida num universo de crises, a República deu lugar a uma nova composição política, o *Imperium*. Instaurado por Otaviano (27 a.C. – 14 d.C.), a transição do sistema republicano para o imperial representou mais que uma transposição da ordem política e a centralização do poder nas mãos de um só homem: o *princeps*, mas, sobretudo, culminou com a reformulação dos antigos valores romanos que haviam perdido o seu significado. A figura do *princeps*, que para Sêneca deveria agir sobre a terra como um deus, somado a materialização dos princípios filosóficos do Estoicismo, revestiram a sociedade romana com uma nova moral. Os valores republicanos foram renovados devido a presença do filósofo, que encontrou no exercício da vida política o espaço ideal para expor a doutrina estoica. Portanto, com base na obra intitulada *De Clementia*, do filósofo estoico Lucio Aneu Sêneca (4 a.C. – 65 d.C), procuraremos analisar a natureza do poder imperial e qual o tipo ideal de governante proposto pelo filósofo.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.

A IDEOLOGIA NA INDÚSTRIA CULTURAL

Souza, Juliana

Departamento de Ciências Sociais
Universidade Estadual de Maringá

julianasouza666@hotmail.com

O objetivo desta apresentação consiste no posicionamento de Adorno e Horkheimer, quanto a significação ideológica do cinema inserido como produto da Indústria Cultural. Pois, a ideologia presente na indústria cultural significa sempre dominação, porém, isso não significa a inexistência de resistências a essa dominação. Uma coisa é dizermos que os indivíduos estão em conformidade com as imposições da indústria cultural, outra coisa é dizermos que eles aceitam tal dominação. A indústria cultural consegue dominar todos os meios de comunicação e distribuição. Com isso as obras de arte, tanto popular quanto das chamadas elites, perderam por completo o seu caráter de individualidade e autenticidade. Contudo, mesmo com a indústria cultural dominando os meios de comunicação, e influenciando profundamente muitos aspectos de nossa vida diária. Ainda pode-se notar que um de seus principais temas diz respeito ao modo como as diversas formas da cultura veiculada pela mídia induzem os indivíduos a identificarem-se com as ideologias, as posições e as representações sociais e políticas dominantes. O que vem a ser um problema não é essa ideologia fechada, rígida; mas sim os prazeres propiciados pela mídia e pelo consumo. Esse prazer transforma-se em entretenimento, e este usa o espetáculo para, segundo Douglas Kellner, seduzir o público e levá-los a identificarem-se com certas opiniões, atitudes, sentimentos e disposições. A indústria cultural transforma as atividades de lazer em um prolongamento do trabalho. Os homens recorrem a essas atividades como fuga. Porém, tais atividades os colocam novamente em condições de se submeterem ao processo de trabalho desqualificado. Promete-se ao trabalhador, através de suas atividades de lazer, uma fuga do cotidiano, e lhe oferece, de maneira ilusória, esse mesmo cotidiano como paraíso. Em outras palavras, a indústria cultural repõe tal energia perdida para voltar ao trabalho. Nesse lazer é sempre oferecido ao trabalhador o mesmo, porque o novo é sempre um risco. A diversão é procurada por quem quer escapar do processo mecanizado das enfadonhas situações de trabalho, que são dominadas por seqüências de operações padronizadas. Porém, essas mesmas seqüências padronizadas estão também nas atividades de lazer. Nos mais variados filmes de ação, somos tranquilizados com a promessa de que o vilão terá um castigo merecido, e a mocinha sempre terminará o filme feliz com o mocinho. É uma diversão, mas uma diversão que aliena o indivíduo, para que o indivíduo continue aceitando a exploração do sistema capitalista. Contudo, uma das funções do cinema seria a de “regulador moral das massas”, domando seus instintos revolucionários e emancipatórios, inculcando em suas cabeças um padrão de comportamento exibido em seus filmes, no sentido de manter e perpetuar o sistema. O indivíduo é induzido, como diz Kellner a participar de um sistema de gratificação comercial, no sentido de gerar pensamentos e comportamentos ajustados aos valores, às instituições, às crenças e às práticas vigentes. Assim, o filme exibido serviria de um molde para as atitudes tomadas perante as mais diversas situações. É a vida sem reflexão do homem moderno. A indústria cultural não cria nada de novo, somente dá uma nova roupagem a velhas idéias. Ela sonega a informação e aliena os indivíduos, na medida em que padroniza a sociedade.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.

XENÓFANES E SUA CRÍTICA AOS MÍTICOS

Tada, Elton Vinicius Sadao.

Cazavechia, William R.

Profº Marcelo Aleixo Gonçalves (Orientador)

Cesumar-Centro Universitário de Maringá –
Teologia PICC (Programa de Iniciação Científica do Cesumar)

eltontada@yahoo.com.br

O período pré-socrático é o período das origens da filosofia grega. Período no qual o homem procura explicar o cosmos e toda natureza se distanciando das narrativas míticas já inculcadas pela tradição de Homero e de Hesíodo. A marca distintiva do período é a mudança de perspectiva perante o cosmo, o que antes era uma cosmogonia passa a ser uma cosmologia. Em outras palavras a razão e não o mito é parâmetro para a explicação. Xenófanes de Colofon se encontra nesse momento histórico, e a presente pesquisa tem por objetivo descrever sua crítica aos míticos que lhe eram contemporâneos. Não apenas no mito como aspecto religioso, mas também na influência mitológica no modo de pensar grego, não apenas na cosmogonia, mas em toda a sociedade. Esse filósofo se destaca dentre os seus contemporâneos devido a peculiar concepção que tem do divino, concebido como o uno. E a partir desta peculiaridade lança seu ataque a tradição religiosa que acaba se estendendo também aos pensadores por ela influenciada. A crítica de Xenófanes aos míticos de sua época pode ser considerada como sendo seu tema central. Em seus fragmentos que nos são legados podemos ver a inovação de suas idéias, que são baseadas no conceito de unicidade do divino e que, por esse motivo, vem de encontro com a sociedade que o cercava. Xenófanes tenta estabelecer o conceito real de divino, ou seja, as características sem as quais não poderia ser ou existir o divino. Tal tentativa não pode ser considerada como uma empreitada simples, tanto é que a fama de Xenófanes se concentra principalmente nesse ponto, não pelo tamanho nem qualidade de sua obra, todavia pela sua ousadia. É de suma importância estabelecer a diferença entre Xenófanes e os demais pré-socráticos. Muitos, mesmo agindo racionalmente, com o passar do tempo se consideravam “profetas”, ou incorporavam aspectos místicos à suas teorias, o que lhes fazia regredir, e voltar ao pensamento subjugado pelos mitos. Xenófanes não teve a pretensão de agir desse modo, antes foi criticado por pouco ter explicado sobre suas idéias. Não o fez em busca de uma verdadeira ciência como era o objetivo principal da maioria dos pensadores de sua época, antes fez sua crítica contra o aspecto religioso que era ensinado em seu contexto. Por esse motivo foi ele considerado um teólogo. O deus de Xenófanes possui as características de tudo ouvir, tudo ver e tudo pensar justamente por estar em todo lugar. Ele diz que os mortais acreditam/imaginam. Termo que nos permite compreender que excluía claramente o aspecto racional do mito e possuía consciência disso. Concebia o fato de que a imaginação dos mortais, sem um aspecto racional, teria influenciado todo o modo de pensar grego em suas raízes. Ademais, compreendia que o mito cegava aqueles que se utilizavam de sua imaginação e da tradição Homérica para elaborar o conceito de princípio. Para Xenófanes o próprio homem havia inventado seus deuses com a imaginação e atribuição de valores e sentidos meramente humanos. Através de pesquisa bibliográfica podemos entender a crítica de Xenófanes aos míticos de sua época, e estabelecer parte de seu pensamento a respeito da divindade. A expressão do próprio filósofo “tudo aos deuses” evoca em si o tema central de seu pensamento, que na verdade, acaba se configurando de forma semelhante a uma sátira aos pensadores de sua época, que tinham os alicerces do seu pensamento no legado mítico de Homero.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.

PEDAGOGIA NA OBRA DE DAMIÃO DE GÓIS

Tozati,Loide

César de Alencar Arnaut de Toledo(Orientador)

Departamento de Ciências Sociais
Universidade Estadual de Maringá

loidetozati@yahoo.com.br

Análise da obra “Crônica do Sereníssimo Príncipe D. João” de autoria de Damião de Góis (1502-1574), destacada figura do Humanismo em Portugal no Século XVI. O destaque é dado à relação entre a pedagogia política desse autor com a pedagogia religiosa usual naquela época. Tal relação expressa a própria configuração do Portugal moderno. Ele representava a face mais modernizadora do Humanismo em seu país. Damião de Góis nasceu na cidade de Alenquer, em fevereiro de 1502, faleceu em 1574. Era o quarto filho de Rui Dias de Góis e Isabel Gomes de Limi. Em 1511 o jovem entrou para o Paço Real, onde desempenhou várias funções, entre elas, tornou-se guarda-roupa na corte em Lisboa, onde assistiu às visitas dos membros do corpo diplomático, profissão que ele próprio começaria exercer para D. João III, na função de secretário da Feitoria Portuguesa, que permitiria a ele possuir um modo de vida luxuoso. Humanista de educação requintada, que amava as artes, cronista, filósofo e diplomata, compunha versos e musicava a seu gosto. Damião de Góis escreveu várias obras, mesmo limitando-se aos fatos, fora vítima por várias vezes de denúncia à Inquisição. O Humanista manifestava interesse pela história, o que o fazia viajar por toda Europa e assim contatar grandes pensadores do período, entre eles Erasmo de Roterdã (1466/69-1536). O interesse de Damião de Góis pela história impulsionou-o a conhecer em detalhes outras religiões e desenvolveu grande interesse pelo modo de vida de tribos primitivas e do protestantismo liderado inicialmente por Lutero, com quem Góis manteve diálogo, pois mantinha uma tolerância religiosa inabalável, o que o fazia lutar por uma cristandade unida e esforçava-se para encontrar a unidade na adversidade. No entanto, em Outubro de 1572, acabou sendo levado ao Tribunal da Inquisição, foi tratado de forma rude por aqueles que o julgaram e foi mantido no cárcere por alguns anos. Em 1574, morreu possivelmente na sua vila natal de Alenquer. Damião de Góis protagonizou o drama do Humanismo em Portugal no século XVI. O Humanismo foi um movimento que, por toda Europa mudou substancialmente a filosofia e a educação, com reflexos políticos e religiosos também. Em Portugal não foi diferente. Os humanistas ou simpatizantes, foram duramente perseguidos. Os ideais do Humanismo pareciam representar, naquela época, séria ameaça ao pensamento e ao poder estabelecidos. Diferentemente dos estudiosos medievais, os Humanistas voltavam as suas atenções para o próprio homem e não mais para teologia. Os interesses pelas descobertas de novos mundos foram se acentuando com o passar do tempo. Coube aos portugueses a glória de concretizarem as idéias do final da Idade Média. As antigas idéias, que consideravam a terra esférica, foram retomadas por pensadores e exploradores que tinham como meta atingir o Extremo Oriente, quer contornando a África quer através do Oceano Atlântico. A Europa estava em profunda agitação, pois, o sistema feudal ia dando lugar a estados centralizados com um monarca dominante. Os reis estavam interessados em aumentar seu poder através da classe mercantil em ascensão, que desejava um governo centralizado, e que favorecesse o comércio e a indústria. Assim, as mudanças naquele século haveriam de abalar intensamente o velho mundo. A obra Crônica do Sereníssimo Príncipe D. João escrita por Damião de Góis dirigida ao Rei D. João III, a pedido de seu pai D. Manuel I. Nessa obra Góis relatou os acontecimentos de sua época, como as viagens e descobrimentos de novas terras, ressaltaram também os homens letrados e conhecedores da geografia, bem como o nascimento do Príncipe D. João, até os feitos e proezas de outros Reis deixando claro que somente o que fosse necessário faria parte da obra. No levantamento feito para esta pesquisa, foi verificado o valor intelectual e a contribuição de Damião de Góis para o desenvolvimento do Humanismo de forma completa durante sua vida pelo fato de possuir a crença de que os acontecimentos históricos eram resultado da livre atuação do homem. A análise contextualiza o pensamento de Damião de Góis no quadro do Humanismo em Portugal. Além disso, relaciona o modo de pensar da época com o desenvolvimento econômico do reino português, período chamado de “Era dos descobrimentos”.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.

A LEI E A LIBERDADE EM *MEDIDA POR MEDIDA*, DE WILLIAM SHAKESPEARE

Valenciano, Tiago

Departamento de Ciências Sociais
Universidade Estadual de Maringá

tiagovalenciano@gmail.com

Comédia apresentada pela primeira vez em 1604, *Medida por Medida* é uma peça teatral que aborda alguns temas polêmicos para o contexto que está inserido, época de transição no reinado e de vasta produção cultural inglesa. Durante a leitura da obra, os principais aspectos a serem observados são as questões da lei e da liberdade, apontadas em diversos retratos por William Shakespeare. Em suma, a comédia é baseada em um Duque que em grande parte da peça se mantém sob um disfarce de monge, descobrindo as armações de Ângelo (governante que o substitui) à frente do governo da província. Cláudio, irmão de Isabela (que mais tarde tentou ser corrompida por Ângelo), tenta salvar o irmão da forca, por ter engravidado Julieta. Lúcio, um homem que passava as horas comentando a vida alheia, acaba sendo condenado à morte, por desrespeitar o Duque Vicêncio, futuro esposo de Isabela, que abandonara a carreira de freira. No Ato I, Cena II, o personagem Lúcio (um tipo folgazão), argumenta que um pirata, quando se lança ao mar, não considera um mandamento da Lei de Deus: Não roubarás. A partir da fala de Lúcio sobre as leis do homem, inicia uma discussão acerca das “leis do homem” e das “leis de Deus”. Até qual ponto as leis de Deus possuem influência na sociedade? Onde termina a validade das leis de Deus e onde se inicia a obediência às leis do homem? Ângelo, governante que substituiu o Duque em sua falta, foi defensor do cumprimento da lei. Argumentando contra os apelos de Isabela para que o irmão (Cláudio) não fosse enforcado, Ângelo diz que “é a lei que pune vosso irmão, não sou eu”. Torna-se irrefutável, então, a idéia que a fórmula legal aplicada era composta pelas leis do homem e de Deus, ambas contempladas. A lei aplicada era apenas um reflexo de uma sociedade conservadora, fiel aos padrões da época e espelho dos anseios daqueles personagens da comédia. Mas, o mesmo Ângelo defensor da lei, era o Ângelo que a utilizava para benefício próprio. Para salvar Cláudio da forca, Ângelo solicita favores sexuais a Isabela, irmã do condenado. A discussão acerca da liberdade também é freqüente nesta obra shakesperiana. O primeiro fato que contrapõe liberdade e restrição é a prisão de Cláudio, por motivo já citado, após apropriar-se de liberdade excessiva. Ora, vale mais ter liberdade do que restrição? É compensatório ter liberdade limitada ou liberdade excessiva? A liberdade é vista por diversos enfoques, variando muito de sociedade para sociedade. No caso da sociedade inglesa do final do século XVI e início do século XVII, há um limite para liberdade dos indivíduos. Neste caso de Cláudio, há mais uma sanção social do que uma restrição particular. Considerando os costumes e maneiras de conduta da vida dos ingleses, um caso de gravidez anterior ao casamento é gravíssimo, tanto para a mulher (Julieta) e mais ainda para Cláudio, considerado culpado por ter engravidado-a. Um segundo fato sobre a liberdade está na Cena IV, ainda no primeiro ato da obra. Em um convento de freiras, Lúcio adentra e, prontamente, a freira Francisca solicita que Isabela atenda-o, sob a justificativa que ainda não foi professada. Após ser professada, Isabela só poderá falar com homens na presença da priora e sem que o rosto seja exibido. Nesta exemplificação, a liberdade imposta pela igreja caracteriza a conduta da freira Francisca, proibida de atender Lúcio e de realizar diversas atividades de “pessoas comuns”. Citando apenas uma das proibições da igreja católica – talvez a mais polêmica, o celibato (estado de uma pessoa solteira, sexualmente abstinente, e que fez o voto de castidade) é utilizado até hoje. Logo, reflito: até qual ponto a igreja pode interferir na liberdade do indivíduo? Por abordar duas temáticas tão atuais (o uso das leis e a liberdade), *Medida por Medida* ainda é um clássico. Em uma comédia apresentada sob peça teatral, William Shakespeare contempla duas polêmicas em uma só, que acabam tornando-se antitéticas: é possível ter uma liberdade sob a sustentação de leis?

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.